

## **ANEXO I**

**Ata de reunião deliberativa (Doc. digital nº 459364/2024)**



**ATA – MESA TÉCNICA Nº 4/2024**  
**EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA**

**I. Processo**

Processo nº 179.827-8/2024

**II. Relator do processo**

Conselheiro José Carlos Novelli

**III. Objeto do processo**

Trata-se de encaminhamento referente ao procedimento de Mesa Técnica 4/2024, admitido conforme Decisão 4/2024-CPNJUR (processo 179.827-8/2024), publicada no DOC edição 3309, de 9 de abril de 2024, após proposta do Conselheiro Sérgio Ricardo, com solução técnico-jurídica, com foco na Empresa Cuiabana de Saúde Pública, para viabilizar o pagamento de dívidas existentes com fornecedores, prestadores de serviços, salário dos médicos terceirizados, entre outras, conforme trazido em Decisão (doc. 438111/2024).

**IV. Base normativa da Mesa Técnica**

Resolução Normativa 13/2021.

Resolução Normativa 12/2021.

**V. Admissibilidade e escopo da Mesa Técnica**

Decisão nº 4/2024/CPNJUR: Admissibilidade da Mesa objetivando a construção de solução técnico-jurídica, com foco na Empresa Cuiabana de Saúde Pública, para viabilizar o pagamento das dívidas com fornecedores, prestadores de serviços, salário dos médicos terceirizados, entre outras.

**VI. Composição da Mesa Técnica**

1. Conselheiro Valter Albano – Presidente da CPNJUR, da Mesa Técnica
2. Conselheiro Sérgio Ricardo – Presidente do TCE-MT (Proponente)
3. Conselheiro José Carlos Novelli – Conselheiro Relator



4. Alisson Carvalho de Alencar - Procurador-Geral do Ministério Público de Contas
5. Marco Rockenbach - Secretário-Geral da Presidência
6. Vitor Gonçalves Pinho - Secretário-Geral de Controle Externo
7. Flávio Vieira – Secretário Executivo da CPNJUR
8. Emanuel Pinheiro - Prefeito do Município de Cuiabá;
9. Benedicto Miguel Calix Filho – Procurador-Geral do Município
10. Antônio Roberto Possas de Carvalho – Secretário Municipal de Fazenda de Cuiabá
11. Paulo Sérgio Barbosa Rós – Secretário-adjunto de Atenção Hospitalar e Complexo Regulador
12. Eder Galiciano – Secretário Municipal de Planejamento
13. Deiver Teixeira – Secretário Municipal de Saúde de Cuiabá
14. Giovani Valar Koch – Diretor Geral da Empresa Cuiabana de Saúde Pública
13. Milton Mattos da Silveira Neto – Ministério Público do Estado de Mato Grosso
14. Gilberto Gomes de Figueiredo – Secretário de Estado de Saúde
15. Danielli Bertucini – Coordenadora-Geral da equipe de apoio e monitoramento do TAC oriundo da Representação Interventiva 1017735-80.2022.8.11.000

## VII. Contextualização

Inicialmente, os presentes autos foram recebidos pelo Conselheiro Relator, com solicitação dirigida ao Conselheiro Presidente deste Tribunal, na qual o Diretor Administrativo Financeiro da Empresa Cuiabana de Saúde Pública - ECSP, Giovani Valar Koch, requer a emissão de um parecer prévio sobre a viabilidade de pagar, de forma indenizatória, empresas para a prestação de serviços médicos (doc. 418557/2024).

Em seu pedido, o requerente utiliza como fundamento a necessidade de contratação emergencial de serviços de saúde de cardiologia, hemodinâmica, traumatologia e ortopedia em razão da paralização das atividades das empresas LACIC e MEDTRAUMA, visando garantir a continuidade dos atendimentos hospitalares para a população.

Em seguida, o Conselheiro Relator encaminhou os autos à Secretaria de Controle Externo da 5ª Relatoria para análise, posicionamento e realização de diligências necessárias à clarificação da questão apresentada (doc. 418774/2024).





Nesse contexto, a 5ª Secretaria de Controle Externo elaborou uma Informação Técnica detalhando os fatos. Destacou que os eventos relatados estão fundamentados no artigo 75, incisos VIII e §6º, da Lei nº 14.133/21 (doc. 423553/2024).

A Secretaria de Controle Externo restringiu sua análise para não tratar a indagação como uma consulta formal, indicando os dispositivos legais pertinentes aos fatos descritos pela ECSP.

Em sua manifestação, a Unidade Técnica também destacou que o TCE-MT não tem a prerrogativa de emitir pareceres prévios sobre procedimentos administrativos. Por fim, recomendou o retorno dos autos ao Conselheiro Relator, enviando uma cópia da informação técnica ao interessado, recomendando o arquivamento do processo.

Após retorno ao gabinete do Conselheiro Relator, o processo foi encaminhado ao Ministério Público de Contas para manifestação. Nessa ocasião, o Procurador-geral de Contas manifestou-se a favor da possibilidade de dispensa de licitação em circunstâncias emergenciais (doc. 425926/2024).

A empresa MEDTRAUMA SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS, destacando a urgência na resolução do problema, fez um apelo ao Presidente deste TCE-MT para agendar uma reunião com o objetivo de "resolver a questão" (doc. 431654/2024).

O Conselheiro José Carlos Novelli, responsável pela análise das contas da ECSP, destacou que a solicitação não se enquadra nas atividades de controle externo deste TCE-MT. Além disso, ressaltou que o Tribunal não possui autoridade para exercer controle prévio sobre as ações administrativas. Assim, decidiu encaminhar o caso ao Gabinete da Presidência, para que fosse apreciado o trabalho da 5ª Secex e tomada uma decisão sobre o assunto (doc. 433893/2024).

Posteriormente, os autos foram encaminhados à Consultoria Jurídica Geral, que concluiu por opinar pelo envio do processo ao Presidente do Tribunal de Contas para decidir se entendia o pedido como uma consulta formal. Se fosse esse o entendimento, o Presidente poderia assumir a relatoria do caso, especialmente se houver interesse público significativo. Por sua vez, também sugeriu a instauração de uma Mesa Técnica, se o excelentíssimo Presidente entendesse mais apropriado ao caso, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução Normativa 12/2021 (doc. 437809/2024).

Em sua decisão, o Presidente, Conselheiro Sergio Ricardo, destacou a relevância da controvérsia relacionada à prestação de serviços médicos urgentes em Hemodinâmica e Ortopedia no Município de Cuiabá.



O Presidente enfatizou que a interrupção desses serviços poderia resultar em sérios prejuízos à população. Observou-se que a contratação emergencial, proposta pelo gestor da ECSP, torna-se essencial devido à paralisação dos serviços, provocada pela falta de pagamento aos prestadores.

Nesse sentido, dada a situação, a solução proposta pela Presidência é a criação de uma Mesa Técnica, com prioridade de tramitação, para facilitar o consenso entre as partes envolvidas, visando encontrar soluções técnico-jurídicas para resolver as pendências financeiras da Empresa Cuiabana de Saúde Pública, incluindo pagamentos a fornecedores, salários de médicos terceirizados, entre outras (doc. 438111/2024).

Ademais, foram realizadas, inicialmente, três reuniões com as partes envolvidas com o objetivo de compreender o problema sob as perspectivas de cada uma delas e estabelecer o melhor caminho para a mediação na presente mesa técnica. Essas reuniões preliminares foram essenciais para criar um ambiente de diálogo aberto e construtivo, permitindo que todos os participantes compartilhassem suas visões e preocupações sobre a questão em pauta.

Após essa fase de entendimento mútuo, prosseguiu-se para a primeira reunião de mediação efetiva. Neste encontro, as partes chegaram a um consenso inicial sobre a importância de determinar o valor real da dívida, que se originou de atrasos no pagamento devido pela prefeitura às concessionárias de transporte coletivo municipal.

Foi reconhecida a necessidade de as partes, juntas, chegarem a um acordo não apenas sobre o montante devido, mas também sobre a elaboração de um cronograma de pagamento que permitisse a quitação total da dívida em um prazo acordado mutuamente entre as partes.

#### **VIII. Benefícios com a obtenção de um acordo**

Um dos principais objetivos deste procedimento é a manutenção dos atendimentos de saúde para a população e a melhoria na gestão dos recursos financeiros, por meio da elaboração de diretrizes que ajudam a equilibrar os pagamentos correntes e a viabilizar a quitação de valores atrasados.

Além disso, a presente Mesa Técnica promove a priorização e estruturação de dívidas, aumentando a estabilidade financeira das entidades envolvidas. A transparência e o controle rigoroso são enfatizados para garantir que os recursos sejam utilizados eficientemente e de acordo com as necessidades do sistema de saúde.





A colaboração interinstitucional, incluindo a participação do Ministério Público Estadual e da Secretaria de Estado de Saúde, enriquece o processo decisório e amplia o compromisso com os resultados.

Por fim, o acordo promovido neste procedimento facilita a construção de soluções, promovendo resultados mais duradouros e aceitos por todas as partes.

## IX. Conclusão da Mesa Técnica

A reunião deliberativa da presente mesa técnica foi concluída, marcando a finalização do processo de construção de soluções entre as partes envolvidas.

Destaca-se que, por se tratar de procedimento consensual, não coube verificar a legalidade, a veracidade ou a exatidão dos cálculos e o emprego correto das metodologias e técnicas para apuração e reconhecimento das dívidas elencadas neste procedimento.

Desse modo, não se verificou a fidedignidade dos números apresentados neste processo, sendo importante destacar que não integra o objetivo deste procedimento a avaliação do montante a ser pago a qualquer dos credores da ECSP.

Nesse sentido, o reconhecimento ou o pagamento das dívidas por parte da Empresa Cuiabana de Saúde Pública, conforme diretrizes pactuadas, não afasta a apuração de responsabilidade por irregularidades, ilicitudes ou outro questionamento nos órgãos competentes.

Por fim, destaca-se que este procedimento de Mesa Técnica não supre ou substitui os atos de responsabilidade do gestor nos atos de constituição e reconhecimento das dívidas.

As discussões refletiram o compromisso detalhado nesta ata, resumido a seguir:

- a. O cumprimento das obrigações por partes externas ao Tribunal de Contas será rigorosamente orientado pelo Termo de Compromisso, que acompanha esta Ata como anexo.
- b. Adicionalmente, todas as obrigações que envolvam o envio de documentos ou informações a este Tribunal de Contas deverão ser dirigidas ao relator da Mesa Técnica, garantindo a centralização da comunicação e que todos os dados necessários para a análise e decisão do Tribunal sejam recebidos de maneira organizada.;

Em Cuiabá-MT, 15 de maio de 2024.



**Representantes do Tribunal de Contas de Mato Grosso:**

**Valter Albano**

Presidente da CPNJUR e da Mesa Técnica

04/2024

ALISSON  
CARVALHO DE  
ALENCAR:6685199  
8300

Assinado de forma digital por ALISSON  
CARVALHO DE ALENCAR:66851998300  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI  
Multipla v5, ou=31667491000152,  
ou=Videoconferencia, ou=Certificado PF  
A3, cn=ALISSON CARVALHO DE  
ALENCAR:66851998300  
Dados: 2024.05.15 12:32:22 -04'00'

**Alisson Carvalho de Alencar**

Procurador-Geral do Ministério Público de

Contas -MPC

**Sergio Ricardo de Almeida**

Conselheiro Presidente do TCE-MT

(proponente)

**José Carlos Novelli**

Conselheiro do TCE-MT e Relator do Processo

**Guilherme Antonio Maluf**

Conselheiro do TCE-MT e Presidente da

Comissão Permanente de Saúde, Previdência e

Assistência Social



**Flávio Vieira**

Secretário Executivo CPNJUR

**Vitor Pinho**

Secretário-Geral de Controle Externo

**Lucimar Aparecida Karasiaki**

Suplente CPNJUR - Representando o Secretário-  
Geral da Presidência Marco Rockenbach

**Fernando Turi Marques Filho**

Suplente CPNJUR - Representando Consultor  
Jurídico Geral Grhegory Paiva Pires Moreira  
Maia

**Representantes do Município de Cuiabá e da Empresa Cuiabana de Saúde Pública:**

**Emanuel Pinheiro**

Prefeito de Cuiabá

**Benedicto Miguel Calix Filho**

Procurador-Geral do Município

**Cezar Fabiano**

Secretário Adjunto de Tesouro  
Representando o Secretário Municipal de  
Fazenda Antônio Roberto Possas de Carvalho

**Deiver Teixeira**

Secretário Municipal de Saúde de Cuiabá





**Giovanni Valar Koch**

Diretor Geral da Empresa Cuiabana de Saúde  
Pública



**Eder Galiciano**

Secretário Municipal de Planejamento



**Paulo Rós**

Secretário-Adjunto de Atenção Hospitalar

**Representantes do Ministério Público e Estado de Mato Grosso:**



**Milton Mattos da Silveira Neto**  
Promotor de Justiça



**Gilberto Gomes de Figueiredo**  
Secretário de Estado de Saúde



**Hugo Lima**

Representando a Coordenadora-Geral da  
equipe de apoio e monitoramento do TAC  
oriundo da Representação Interventiva  
1017735-80.2022.8.11.000



**Kelluby de Oliveira**

Secretária Adjunta Executiva de Saúde